



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LEIDEONE DA SILVA E SILVA

**A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO MERCOSUL PARA O BRASIL DE
1994 A 2015**

GOIÂNIA
2022

LEIDEONE DA SILVA E SILVA
MATRÍCULA Nº 2014.2.0021.0032-1

**A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO MERCOSUL PARA O BRASIL DE
1994 A 2015**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Pontifícia Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Ms. Gesmar José Vieira

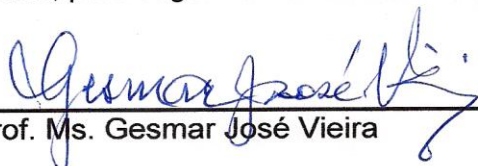
GOIÂNIA
2022

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LEIDEONE DA SILVA E SILVA
MATRÍCULA Nº 2014.2.0021.0032-1

**A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO MERCOSUL PARA O
BRASIL DE 1994 A 2015**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, pela seguinte banca examinadora:



Prof. Ms. Gesmar José Vieira

Prof. Ms. Mauro Cesar de Paula

Prof. Ms. Edilson Gonçalves de Aguiaris

Goiânia – GO, 2022
Data da Aprovação: 15/06/2022

Dedico a Deus que me deu o dom da vida e todas as oportunidades de caminhar seguindo seus projetos, a minha esposa Adrielly Teles, aos meus pais, Diana Pereira e Sandoval Gonçalves, amigos e familiares que sempre estiveram comigo, que tornaram viável a minha formação, obrigado pelo apoio, compreensão e força. A minha instituição Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), aos meus professores, e em especial ao meu orientador, Prof. Ms. Gesmar José Vieira.

“Não será provavelmente um bom economista quem não é nada mais do que isso. Os fenômenos sociais agindo e reagindo uns sobre os outros não podem ser compreendidos corretamente quando destacados.”

(Stuart Mill)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar os possíveis entrelaçamentos e conflitos que se estabeleceram entre o Brasil e seus parceiros e o desafio da gestão pública brasileira para alavancar os resultados sobre a importância do Brasil no âmbito das diversas nações que integram o Bloco Econômico Mercosul. As informações para a realização desta monografia foram obtidas de fontes bibliográficas a partir de livros especializados, artigos científicos sobre a temática, teses e dissertações que tratam do assunto, além de pesquisa documental e estudos desenvolvidos a partir de autores especializados e órgãos de governo. Identificou-se como hipótese a relação de liderança do Brasil no âmbito do Mercosul desde o início, cerca de 70% da população que faz parte do Mercosul é brasileira. Conclui-se que o Mercosul no período objeto deste estudo (1994 a 2015) foi considerado de suma importância para a integração econômica dos países da América do Sul.

Palavras-chaves: Mercosul; Brasil; Bloco Econômico; e Desenvolvimento.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACE 18	Acordo de Complementação Econômica nº 18
AELC	Associação Europeia de Livre-Comércio
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CARICOM	Mercado Comum e Comunidade do Caribe
CCM	Conselho do Mercado Comum
CMC	Conselho do Mercado Comum
COMECOM	Fundação do Conselho de Assistência Econômica Mútua
EFTA	Associação Europeia de Livre-Comércio
FOCEM	Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL
G8	Encontro que reúne os oito países mais desenvolvidos do mundo
GMC	Grupo Mercado Comum
MCCA	Mercado Comum Centro-Americano
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NAFTA	Acordo de Comércio Livre da América do Norte
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PIB	Produto Interno Bruto
TEC	Tarifa Externa Comum
UE	União Europeia

LISTA DE FIGURA

Figura 1: Assinatura do Tratado de Assunção.....	18
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução comercial do Brasil com o Mercosul, em US.	37
Tabela 2: Principais blocos a manterem relações comerciais com o Brasil em 1994.	38

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Países do Mercosul e a caracterização do grupo da Zona de Livre Comércio.....	19
Quadro 2: Normas e acordos do Mercosul.....	24

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População dos países membros do Mercosul ano 1994, em milhões. 26

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. ASPECTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS	13
1.1 ORIGEM HISTÓRICA DO MERCOSUL.....	13
1.2 CONCEITOS, FUNDAMENTOS E CARACTERÍSTICAS DO MERCOSUL	15
1.3 O SURGIMENTO DO MERCOSUL.....	17
2. O BRASIL E O MERCOSUL	21
2.1 BLOCO ECONÔMICO DO MERCOSUL: ACORDOS.....	21
2.2 DESIGUALDADES E DESAFIOS	25
2.3 O BRASIL E SUA IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA NA AMÉRICA DO SUL.....	29
3. FATORES QUE POTENCIALIZARAM A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO MERCOSUL.....	32
3.1 FATORES ECONÔMICOS E INVESTIMENTOS INTERNACIONAIS.....	32
3.2 RELAÇÃO COMERCIAL DO BRASIL COM OS PARCEIROS DO BLOCO.....	35
3.3 BRASIL, MERCOSUL E AS RELAÇÕES COMERCIAIS COM O MUNDO.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

INTRODUÇÃO

A presente monografia tem objetivo analisar a participação e importância econômica do Brasil para o Mercosul, identificar os conflitos ocorridos entre o Brasil e os países parceiros do bloco, e os principais acordos realizados.

Será elucidado neste no estudo, o panorama histórico do bloco econômico, o motivo por qual se deu a sua formação, bem como a atuação, tanto no plano interno como no plano externo e, ademais, a participação e atuação do Brasil no referido bloco.

O MERCOSUL é uma organização intergovernamental formada, atualmente, por todos os Estados da América do Sul, mediante a criação de um bloco econômico constituído por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, que assinaram em 26 de março de 1991, o tratado de assunção, que tem por objetivo concentrar e registrar a decisão dos países membros, que juntos se comprometem a ampliar as dimensões de seus mercados. Portanto, o presente estudo busca entender, a importância do Mercosul para o Brasil e que fatores potencializam sua participação no Bloco?

A relação do Brasil com o Mercosul é de liderança desde o início, cerca de 70% da população que faz parte do Mercosul é brasileira, sendo 65% de ocupação do espaço geográfico que ocupa dentro da união do bloco econômico. Três fatores potencializam a participação do Brasil no Mercosul, o econômico, o social e o da cidadania.

O econômico, o caracteriza como um bloco de união aduaneira; o social, busca promover a articulação de política públicas regionais relacionadas a temas como fome e erradicação da pobreza, universalização da educação e da saúde pública; valorização e promoção cultural. Já o fator cidadania tem por função promover a livre circulação das pessoas e a promoção dos direitos civis, sociais,

culturais e econômicos, além de garantir a igualdade de condições e acesso ao trabalho, educação e saúde.

A presente pesquisa se justifica no cenário político e econômico considerando as grandes crises decorrentes da falta de diálogo entre nações e aberturas de portas de negociações entre os países que estão utilizando cada vez mais dos blocos para potencializar sua capacidade de negociação, e tendo em vista, que em um futuro próximo, fazer parte de um bloco econômico forte será extremamente importante. Porém, nos 21 anos passados, o avanço no Mercosul parece ainda pouco. O estudo buscara entender as principais causas para o estágio atual do bloco, apontar os principais acordos assinados entre os países membros, buscando analisar sua evolução no decorrer do tempo de 1994 a 2015. E levando em conta os desafios encontrados pelo bloco, entender se de fato funciona, de verdade, como foi protocolado.

Como metodologia para a realização deste trabalho, buscou-se de acordo como o objeto de estudo, utilizar-se de uma pesquisa bibliográfica a partir de livros, artigos, dissertações, teses e sites especializados, além de estudos e dados que possam auxiliar na sua realização. Também será utilizado de pesquisa quantitativas e instrumentos que possam auxiliar quanto à ênfase proposta para a pesquisa.

A presente pesquisa será realizada em três capítulos, sendo que no primeiro capítulo serão destacados os aspectos teóricos e históricos que fundamentam a criação do Bloco econômico; a origem do Mercosul; e o seu surgimento.

No segundo capítulo desenvolve-se os aspectos analíticos que permitem a participação econômica do Brasil no Mercosul; a identificação dos conflitos ocorridos entre o Brasil e os parceiros, além do destaque aos acordos realizados.

Por fim, no terceiro capítulo destacam-se os fatores que potencializam a participação do Brasil no Mercosul; com destaque para os papéis que representam e identificam os fatores econômico; de cidadania; e social.

1. ASPECTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS

1.1 Origem histórica do Mercosul

Não há como adentrar no MERCOSUL sem que antes sejam apresentados os fatores determinantes que ensejaram os países da América do Sul a unirem forças políticas e econômicas a fim de alavancarem suas economias. Pode-se dizer que tais anseios surgiram, com a Segunda Guerra Mundial e os avanços tecnológicos que iniciaram em tal período.

Não somente, com a Guerra Fria, época de polarização dos blocos econômicos, da Terceira Revolução Industrial que apresentou diversos avanços tecnológicos, época dos avanços bélicos, expansão do capitalismo, criação de blocos econômicos. Dentre tantos fatores que aconteceram neste período, temos duas ideais que abarcam tudo que foi citado acima.

A regionalização, que pode se dizer que é: a formação de blocos para a liberalização de mercados, foi uma maneira de aliança entre países geralmente unidos pela geografia, que além das fronteiras, que procuram dividir os comércios vizinhos, obtendo vantagens comerciais, diferentes de países não pertencentes aos blocos econômicos.

Como exemplos de regionalização têm os blocos econômicos como a União Europeia, formada em 1957; e o G8 que se iniciou em 1975. Juntamente temos o acelerado processo de Globalização, diante da 3ª revolução industrial, o aprimoramento da tecnologia de transporte e telecomunicações, a difusão de conhecimento, o movimento de pessoas e capital, o capitalismo desenfreado, dando origem a Aldeia Global. (BARBIERO, CHALOULT, 2001, p. 42).

Neste contexto, identifica-se que os países da América do Sul, perceberam a necessidade de unirem-se a fim de criarem dispositivos para priorizar as suas economias internas, favorecendo seus mercados de importação e exportação, visando também políticas que os beneficiassem internamente, e com isso, avançarem no mercado mundial.

A origem do MERCOSUL se deu sem desconsiderar a importância dos aspectos estratégicos e da necessidade de unir forças para crescer, e se inserir no sistema econômico internacional, caracterizado pela constante formação de blocos econômicos.

Após algumas tentativas frustradas de criação de blocos econômicos, as origens do Mercosul estão diretamente ligadas às discussões para a constituição de um mercado econômico regional para a América Latina, que remontam ao tratado que estabeleceu a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) desde a década de 1960.

Sendo sucedido pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) na década de 1980. Na época, a Argentina e o Brasil fizeram progressos, assinando a Declaração do Iguazu (1985), que estabelecia uma comissão bilateral, à qual se seguiram uma série de acordos comerciais e no ano seguinte.

O Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, assinado entre ambos os países em 1988, fixou como meta o estabelecimento de um mercado comum, ao qual outros países latino-americanos poderiam se unir. Aderiram o Paraguai e o Uruguai ao processo e os quatro países se tornaram signatários do Tratado de Assunção em 1991, que estabeleceu o Mercado Comum do Sul, uma aliança comercial visando dinamizar a economia regional, movimentando entre si mercadorias, pessoas, força de trabalho e capitais.

A formação do bloco implica na livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não-tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente.

Para BARBIERO, CHALOULT (2001), esse processo de integração entre blocos iniciados após a segunda guerra mundial, quando os países começaram a verificar a importância da integração econômica para sua abertura comercial. Os processos de integração regional surgem como contraponto à globalização econômica, resultante da necessidade de os países situados numa mesma região se

congregarem, para proteger suas economias dos efeitos negativos da mundialização, reunindo capitais, tecnologias, recursos humanos, e promovendo medidas conjuntas nos vários campos de atividade para dinamizar o progresso material e social de seus povos e, por esse meio, lograr o desenvolvimento econômico com justiça social, que implica a melhoria de suas condições de vida.

As organizações de integração econômica, traduzem uma reação necessária dos Estados ao contexto econômico internacional. A formação do Mercosul foi resultado dessa tendência mundial de constituição de blocos regionais de países, a fim de impulsionarem o processo de globalização da economia.

1.2 Conceitos, fundamentos e características do Mercosul

Seguindo a tendência de economia moderna no pós-guerra, onde muitos países até então fragilizados tinha a necessidade de se fortalecerem economicamente, o primeiro bloco a surgir foi o Benelux, formado em 1944 pela Bélgica, Holanda e Luxemburgo, algo que ganhou ainda mais notoriedade com o final da guerra fria, onde novos blocos foram criados para juntos enfrentarem a competitividade da chamada globalização da época.

Os países da América do Sul também viram essa necessidade de se inserirem na nova economia. O primeiro contato no início da década de 1940, em plena ditadura do Estado Novo, o então presidente Getúlio Vargas ensaiou uma aproximação com a Argentina. As intenções e os planos promissores foram por água abaixo quando o Brasil e Argentina assumiram posições diferentes na Segunda Guerra Mundial, enquanto os brasileiros entraram ao lado dos aliados, os argentinos optaram pela neutralidade.

Os países sul-americanos vinham de duas tentativas frustradas de formação de bloco em 1960 com a (ALALC) e uma terceira com a (ALADI) em 1980, todos sem sucesso. Porém, em paralelo a essas tentativas frustradas, o Brasil e Argentina vinham se reaproximando. Os primeiros passos dessa reaproximação foram dados em 1979, quando os países se acertaram em relação a disputas em torno de projetos hidrelétricos na Bacia do Rio Paraná.

Após o fato só houve avanços, em 1980 eles assinaram um tratado sobre o uso pacífico da tecnologia nuclear, e em 1982 o Brasil manifestou apoio às reivindicações da Argentina na Guerra das Malvinas. Os dois países vinham do fim de ditaduras militares o que facilitou o processo de redemocratização.

A partir da década de 1980, no bojo da crise da dívida externa, da alta inflação, da estagnação econômica e da mudança de regime político, acentuou-se o debate em parte das elites brasileiras no sentido de repensar o modelo de desenvolvimento econômico do país. Ganhou força a percepção de que o Brasil deveria ter uma postura mais participativa em relação às grandes questões internacionais, o caminho encontrado pelos formuladores da política externa brasileira para garantir maior inserção internacional no mundo pós-Guerra Fria foi a busca de maior participação em organizações e regimes internacionais e a adoção de iniciativas visando a integração regional. (VIGEVANI; RAMANZINI, 2009, p:10).

A Declaração do Iguazu, acordo assinado em 1985 por Brasil e Argentina, é até então considerada o embrião do Tratado de Assunção. Os dois países vinham de alguns negócios promissores, já o Uruguai e o Paraguai, que somente assistiram aos vizinhos assinando acordo atrás de acordo, e vendo que a aliança era promissora, estreitaram laços com os vizinhos, se colocaram à disposição para a participação no bloco, e ao mesmo tempo evitarem o isolamento regional.

As conversas entre os quatro países deram início, decidiram se juntar ao grupo, como resultado, o Mercosul surgiu da aceleração das relações bilaterais entre Brasil e Argentina. Os países buscavam fortalecer as diferentes instâncias de integração, cooperação e articulação regional, visando consolidar o multilateralismo sem voltar ao protecionismo e com isso fortalecerem-se economicamente.

Os países buscavam um espaço comum com oportunidades comerciais e de investimentos que possibilitasse uma maior inserção na economia global, que favorecessem as economias dos países-membros. Viram então, na criação de um bloco, a esperança de se tornarem mais competitivos no mercado internacional, além de desenvolverem internamente. E assim, apagarem o fantasma da década de 80, que foi tida como a década perdida para a América do Sul, diante da enorme decadência econômica que os países se encontravam.

Segundo termos do Acordo Tratado de Assunção (1991) a ideia de formação do Bloco, foi embarcada por objetivos bem específicos, discutidos e estabelecidos, dentre eles:

Criar um Mercado Comum com livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos:

- a) Adotar uma política externa comum;
- b) Coordenar posições conjuntas em foros internacionais;
- c) Coordenar políticas macroeconômicas e setoriais
- d) Harmonizar legislações nacionais com vistas a uma maior integração.

O bloco nasceu com objetivos sociais e de proteção à cidadania. Para isso, busca promover a valorização da diversidade de culturas dos seus países, além de melhorias em áreas como saúde e educação.

1.3 O surgimento do Mercosul

O Mercado Comum do Sul resultou de iniciativas de cooperação que surgiram ainda na década de 1980. A partir de 1985 registram-se as primeiras conversas sobre o projeto de integração que envolvia Brasil e Argentina. As conversas se amadureceram e, no início da década de 1990, outros dois países se interessaram em participar dessa integração, Uruguai e Paraguai.

De acordo com o Jornal Tribuna da Imprensa, notícia em 1991, no dia 26 de março de 1991, na cidade de Assunção, capital do Paraguai, foi assinado o Tratado de Assunção, documento que oficializou a criação do Mercosul, que tem sua sede oficial localizada em Montevideu, Uruguai. A partir dessa data, estava oficializado o bloco econômico que envolve os quatro países, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, com a presença e assinatura do Tratado de Assunção pelos presidentes Fernando Collor, Rodríguez, Menem e Lacalle na assinatura do Tratado de Assunção. Figura 1.

Figura 1: Assinatura do Tratado de Assunção



Fonte: Agência Senado (1991).

A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, dentre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida equivalente; o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum e em relação a terceiros estados ou agrupamentos de estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os estados-partes de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços alfandegários, de transportes e comunicações e outras que se acordem a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os estados partes; e o compromisso de harmonizarem suas legislações nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração. TRATADO DE ASSUNÇÃO, 1991, Art. 1º).

Os Estados Partes assinaram o acordo ao considerar a esperança na ampliação de seus mercados nacionais por meio da integração, para que juntos pudessem constituir condições fundamentais para acelerar os processos de desenvolvimento econômico.

Quanto aos objetivos, estes deveriam ser alcançados mediante o aproveitamento mais eficaz dos recursos, da preservação do meio ambiente, do melhoramento das interconexões físicas, da coordenação de políticas macroeconômicas e a complementação dos diferentes setores da economia, sempre observados os princípios de totalidade, flexibilidade e equilíbrio.

Segundo Mendes (2010), o objetivo principal do Mercosul, no início de sua criação, era estabelecer uma zona de livre comércio entre os países envolvidos.

Essa zona garantiria a circulação comercial de produtos sem precisar dos trâmites burocráticos em relação a uma exportação. Esse objetivo foi alcançado em 1994.

Da mesma forma, outro objetivo foi idealizado: a criação de uma Tarifa Externa Comum (TEC), em 1995, utilizada para produtos importados que entram nos países envolvidos, os quais deveriam cobrar um imposto comum e único para esses produtos, evitando, que um dos países dê preferência a um tipo de produto e que seja porta de entrada de algumas mercadorias.

Além da criação de uma zona de livre comércio, a TEC possibilita uma crescente integração entre os países. O Mercosul possui livre circulação de pessoas e serviços, significando que profissionais de várias áreas podem exercer suas funções em qualquer um desses países (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai), além da entrada permitida apenas com o documento de identidade do país de origem.

Ainda Segundo Mendes (2010) os países participantes do Mercosul atualmente estão divididos em três grupos, Quadro 1.

Quadro 1: Países do Mercosul e a caracterização do grupo da zona de livre comércio

PAÍS	FORMA DE ENTRADA E ANO	SITUAÇÃO ATUAL
Brasil	País signatário do Tratado de Assunção	Maior economia do Bloco
Argentina	País signatário do Tratado de Assunção	Segunda maior economia do Bloco
Paraguai	País signatário do Tratado de Assunção	Grandes exportações para Brasil e Argentina
Uruguai	País signatário do Tratado de Assunção	Grandes exportações para Brasil e Argentina
Venezuela	Reunião realizada em Brasília em 2012	Suspensa por não cumprir Cláusulas democráticas
Chile	Assinatura do acordo de livre comercio em 1996	País associado
Bolívia	Assinatura do acordo de livre comercio em 1996	País associado
Equador	Assinatura do acordo de livre comercio em 2004	País associado
Colômbia	Assinatura do acordo de livre comercio em 2004	País associado
Guiana	Assinatura do acordo de livre comercio em 2013	País associado
Peru	Assinatura do acordo de livre comercio em 2003	País associado
Suriname	Assinatura do acordo de livre comercio em 2013	País associado
México	Não participa do bloco mas observa desde 2006	País observador

Fonte: Mercosul (2015)

- a) Países-membros: são os países que fundaram o Mercosul ou aqueles que ingressaram após a criação do bloco. São eles: Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela;

- b) Países associados: países que assinaram tratados de livre comércio com o Mercosul a fim de estimular suas economias e trocas comerciais, mas não possuem as mesmas vantagens que os membros, como a TEC. Nesse grupo, enquadram-se Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname; e
- c) Países observadores: países que apenas observam as reuniões, participam de eventos para ver o andamento das negociações, mas não possuem direito a veto ou de opinar em alguma cláusula. México e Nova Zelândia são esses países.

A diferença entre os países membros signatários e os associados está na adesão da Tarifa Externa Comum (TEC), que consiste em uma mesma tarifação sobre produtos para países de fora do bloco, evitando privilégios aos parceiros comerciais. A TEC é adotada apenas pelos membros efetivos, que são também aqueles responsáveis pelas principais decisões, incluindo a aprovação do ingresso de novos países-membros.

2. O BRASIL E O MERCOSUL

2.1 Bloco econômico do Mercosul: Acordos

O objetivo da criação do Bloco econômico do Mercosul, de acordo com as correntes regionalistas, fundamentou-se nas ações de criação de tarifas externas comuns às transações econômicas dos países membros com os demais parceiros externos ao bloco; também, da mesma forma com vistas à harmonização das políticas macroeconômicas e as setoriais. Finalmente, esse processo se justificou na criação de zonas de livre comércio voltadas à facilitação de livre circulação de mercadorias e serviços entre os países membros.

No caso específico do Mercosul, segundo o Tratado de Assunção (1991), os estados partes deveriam estabelecer um mercado comum até 31 de dezembro de 1994, com as seguintes implicações:

- a) A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não-tarifárias e circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;
- b) O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômicos comerciais regionais e internacionais; e
- c) A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegárias, de

transporte e comunicações e outras que se acordem, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes, e o compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para o fortalecimento do processo de integração.

Neste sentido, ao se falar em integração entre os países que fazem parte do Bloco Econômico, tem-se que a performance econômica será influenciada pelas instituições, nas quais os custos transacionais podem sofrer mutações em vista do surgimento de acordo comercial que poderá mudar as regras previamente estabelecidas. Também as empresas, com a visualização das possíveis transações realizadas, a partir dos acordos regionais podem pressionar o governo com vistas à alteração do ambiente institucional, o qual se dá mediante a criação de uma instituição estatal.

Desta forma, segundo Zerbelli e Waquil (2006), os custos de transação afetam as economias dos países integrantes do bloco, que para os agentes se trata de resultado de informação imperfeita e racionalidade limitada. Uma vez ocorrendo esses custos surgem possíveis ineficiência econômica, levando os agentes a pressionarem para que estes custos sejam limitados nos processos de transações bilaterais.

Neste caso, ambiente citado pode minimizar a incerteza decorrente da obrigatoriedade de cumprimento contratual, dada a possível incerteza quanto ao conhecimento das regras para determinado tipo de investimento, da mesma forma os processos burocráticos advindos das relações de estados, se sujeitam à morosidade ou falha na ação jurídicas.

Estas observações, no ambiente do Mercosul teria como resultado a redução dos custos de transação, ao economizar custos ocasionados por oportunismos antes de uma determinada transação

Como parte destes acordos, os Estados firmaram, em 29 de novembro de 1991, o Acordo de Complementação Econômica nº 18 (ACE 18), com o objetivo de facilitar a criação das condições necessárias para o estabelecimento do mercado comum. Por meio do ACE 18, os países estabeleceram, um Programa de Liberalização Comercial, o qual promoveu a eliminação da cobrança de imposto de importação entre os países do bloco no período de 1991 a 1994. Como complemento ao ACE 18, todo o universo tarifário seria completamente desgravado no comércio intrazona,

com exceção dos produtos dos setores automotivo e açucareiro, bem como das mercadorias provenientes de zonas francas e áreas aduaneiras especiais. (BÊRNI, DUILIO, 2001. p. 56).

Apesar de ter sido criado com objetivos bem específicos, o bloco a partir da sua criação sofreu vários processos de aperfeiçoamento, principalmente em sua base, a zona de livre comércio em que os países signatários não tributariam ou restringiriam as importações um dos outros foi o primeiro e mais notório, no dia 1º de janeiro de 1995, esta zona de comércio converteu-se em uma união aduaneira, na qual todos os signatários poderiam cobrar as mesmas quotas nas importações dos demais países.

Segundo dados Bêrni (2001), em 17 de dezembro de 1994, os Estados Partes firmaram o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul, por meio do qual se estabeleceu a estrutura institucional definitiva do bloco, que passou a contar com três órgãos decisórios.

- a) Conselho do Mercado Comum (CMC): órgão superior do Mercosul, ao qual incumbe a condução política do processo de integração;
- b) Grupo Mercado Comum (GMC): órgão executivo do bloco; e
- c) Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM): órgão técnico que vela pela aplicação dos instrumentos da política comercial comum.

Ainda para BÊRNI, (2001), pode-se afirmar que são dois os grandes marcos dessa nova atuação no campo da área da cidadania e sociedade, são eles, o plano de ação para o Estatuto da Cidadania do MERCOSUL e o plano estratégico de ação social, um criado em 2010 e o outro em 2011, respectivamente, responsáveis pela criação dos acordos e a partir destes as normas do Mercosul, Quadro 2.

Quadro 2: Normas e acordos do Mercosul

DOCUMENTOS	DESCRIÇÃO	VIGÊNCIA / INTERNALIZAÇÃO
Tratado de Assunção	Instituiu o Mercado Comum do Sul	Entrada em Vigor: 29/11/1991. Internalização: Decreto nº 350, de 21 de novembro de 1991.
Acordo de Complementação Econômica nº18 (ACE 18)	Facilitou a criação das condições necessárias para o estabelecimento do mercado comum.	Entrada em Vigor: 29/11/1991. Internalização: Decreto nº 550, de 27 de maio de 1992.
Protocolo de Brasília	Estabeleceu um sistema de solução de controvérsias provisório	Entrada em Vigor: 24/05/1993. Internalização: Decreto nº 922, de 10 de setembro de 1993.
Protocolo de Ouro Preto	Estabeleceu a estrutura institucional do Mercosul e o dotou de personalidade jurídica	Entrada em Vigor: 16/02/1996. Internalização: Decreto nº 1.901, de 09 de maio de 1996.
Protocolo de Ushuaia	Estabeleceu que a plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento do processo de integração.	Entrada em Vigor: 17/01/2002. Internalização: Decreto nº 4.210, de 24 de abril de 2002.
Protocolo de Olivos	Estabeleceu o mecanismo de soluções de controvérsias atual do Mercosul.	Entrada em Vigor: 01/01/2004. Internalização: Decreto nº 4.982, de 9 de fevereiro de 2004.
Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul (Parlasul)	Constituiu o Parlamento do Mercosul.	Entrada em Vigor: 24/02/2007. Internalização: Decreto nº 6.105, de 30 de abril de 2007.
Protocolo de Montevidéu sobre Compromisso com a Democracia no Mercosul (Ushuaia II)	Reafirmou o compromisso democrático dos Estados Partes e previu a possibilidade de aplicação de sanções em caso de ruptura ou ameaça de ruptura da ordem democrática.	Internalização: ainda não internalizado
Acordo Mercosul sobre Facilitação de Comércio	Cria disciplinas de facilitação aplicáveis ao comércio intra-bloco.	Internalização: ainda não internalizado
Acordo sobre Proteção Mútua de Indicações Geográficas no Mercosul	Estabelece regras de tratamento e cria mecanismo simplificado para o reconhecimento das IGS dos países do Mercosul.	Internalização: ainda não internalizado
Protocolo de Montevidéu sobre o Comércio de Serviços do Mercosul	Estabelece compromissos de acesso a mercados, regulamentação doméstica e não discriminação para os prestadores de serviços do MERCOSUL	Entrada em vigor: 12/06/2008. Internalização: Decreto nº 6.480, de 11 de junho de 2008.
Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul	Estabelece compromissos de concorrência e acesso nas licitações públicas domésticas, bem como a incorporação de padrões internacionais na área de transparência.	Internalização: ainda não internalizado
Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos do Mercosul	Estabelece compromissos para mitigação de riscos; governança institucional; e agendas temáticas para cooperação e facilitação dos investimentos.	Internalização: ainda não internalizado
Acordo sobre o Comércio Eletrônico do Mercosul	Estabelece disciplinas regulatórias com o objetivo de criar um ambiente para o desenvolvimento do comércio eletrônico que beneficie tanto produtores quanto consumidores.	Internalização: ainda não internalizado

Fonte: Elaboração Própria (2022).

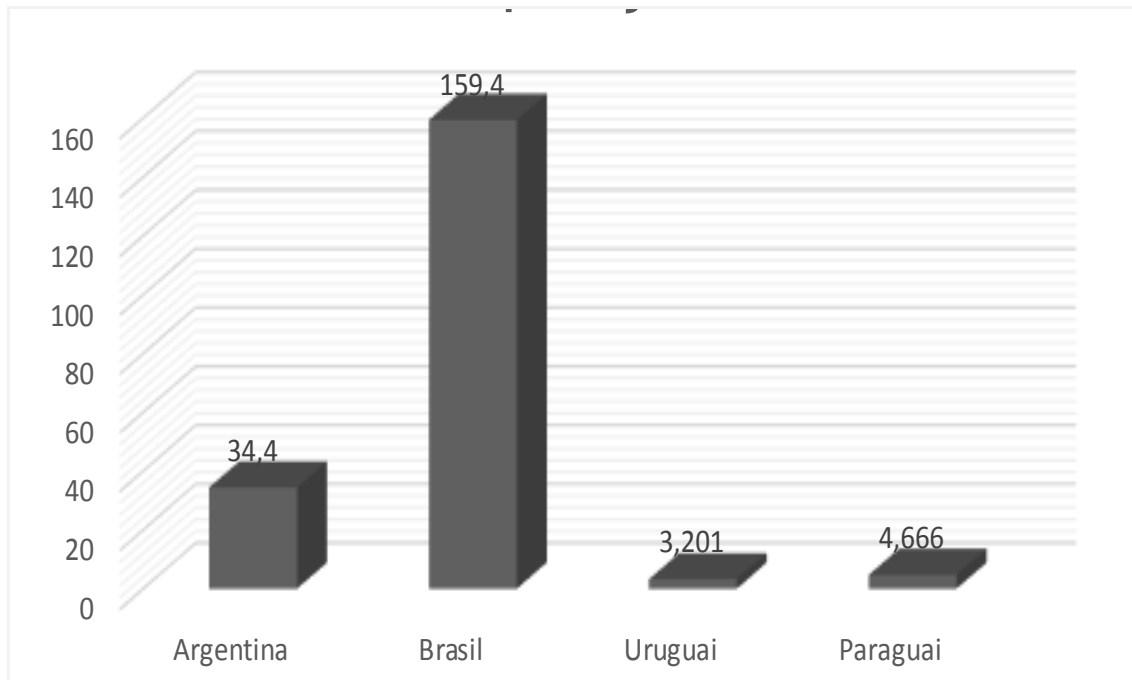
Além dos objetivos iniciais, que deram fundamento a formação do bloco, de cunho propriamente econômico, o MERCOSUL passou a diversificar e abranger a sua agenda, iniciou-se a implementação de outros temas, além dos que se referem aos assuntos puramente de economia, que tratam de cunho político, sociais, direitos humanos e de cidadania.

2.2 Desigualdades e desafios

Observando o processo de integração do MERCOSUL fica evidente o peso da desigualdade em relação ao desenvolvimento do bloco, sabe-se que a integração só funciona de fato se forem boas para todos, não necessariamente igualmente boas, mas precisam ser boas. Sendo assim, torna-se evidente a questão da desigualdade no bloco, chamando a atenção rapidamente para desenvolver políticas buscando o maior equilíbrio entre os estados partes.

De acordo com dados do Banco Mundial (2008), o Brasil possuía 159,4 milhões de habitantes em 1994, uma população quatro vezes maior que Uruguai, Paraguai e Argentina, chegando a ter mais de 204,5 milhões em 2015, Gráfico 1.

Gráfico 1: População dos países membros do Mercosul ano 1994, em milhões.



Fonte: Banco Mundial (2008).

O Brasil desde o início do Mercosul já possuía o número populacional muito superior aos países membros do bloco, como visto na figura 3, e manteve um crescente notável no número populacional, passando para mais de 204,5 milhões no final de 2015 soma cerca de 8.514.215 milhões de quilômetros quadrados e seu litoral se estende por 7.367 quilômetros, fazendo fronteiras com todos os países da América do Sul exceto Equador e Chile.

Seus recursos naturais são abundantes, terras férteis para a agricultura, reservas imensas de jazidas de ferro e outros minerais metálicos, urânio, biodiversidade, enormes reservas de água e recursos hidroelétricos, além de possuir enormes reservas de petróleo e gás distribuídos pelos litorais do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo.

Segundo os dados do Banco Mundial (2002), dentre os países que compõem o MERCOSUL desde sua formação inicial, o Brasil é o que detém o maior poder econômico, o Produto Interno Bruto (PIB) no ano de 1994, conforme a paridade do poder de compra era de 558,1 bilhões USD, isso era mais que duas vezes o PIB da Argentina no mesmo ano que era de 257,4 bilhões de USD, e mais que trinta vezes maior que o do Uruguai 17,47 bilhões USD e Paraguai 7,871 bilhões USD.

Estas informações deixavam evidente a disparidade econômica entre os estados partes, e o Brasil pelo fato de ter o maior poder econômico em relação aos demais estados membros, encontra-se em posição privilegiada, sendo visto como líder entre os demais, não apenas pelo fato de ser a maior economia e ter maior desenvolvimento industrial, mas por possuir a maior população e sua posição geográfica.

Na trajetória do desenvolvimento da integração latino-americana, persistem problemas estruturais tais como baixa complementaridade econômica, baixa interdependência, assimetrias, reduzido poder infra estrutural da maioria dos Estados da região e forte dependência das economias centrais. A concentração de renda, que faz da região a mais desigual de todas, é um dos principais entraves, aliada ao baixo desenvolvimento. A tudo isso se acrescenta a crise financeira internacional de 2008, que incidiu fortemente sobre a agenda regional, com redução no crescimento das economias, aumento do protecionismo, retração nas exportações e redução dos Investimentos Externos Diretos. Apesar das adversidades e dos entraves, a integração segue no horizonte. (KLEMI; MENEZES, 2012, p.12).

Para Gessi e Nuske, (2019), o Mercosul avança com uma dinâmica própria alheia aos fatos cotidianos, e, assim, o processo de integração está se estruturando por fora do debate dos distintos âmbitos das sociedades nacionais, com o risco de exclusão de vários espaços locais, seja por motivos geográficos ou em razão do perfil de suas economias; e um processo de integração sem proteção com a possibilidade de gerar um efeito de polarização, acentuando as diferenças econômicas regionais já existentes.

Visando a buscar por redução na disparidade econômica no bloco, foi criado o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), em 2004, apontando o reconhecimento de que os problemas eram prioridades. O objetivo desse Fundo foi de financiar programas para promover a convergência estrutural, desenvolver a competitividade, promover a função social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas, apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração.

Cada país contribui com um percentual pré-fixado de um total estimado, ao redor de US\$ 100 milhões. Os percentuais que foram acordados contam com uma média histórica do PIB do Mercosul, de modo que Brasil é responsável por aportar 70%, Argentina 27%, Uruguai 2% e Paraguai apenas 1%. Por outro lado, no que concerne à distribuição de recursos, é obedecida uma lógica inversa à dos aportes: Paraguai vem em primeiro lugar, fazendo jus a 48%, seguido de Uruguai, com 32% e Argentina e Brasil, cada qual com 10%. O funcionamento, ou seja, a dinâmica do fundo

é administrada por seu regulamento, aprovado pela Decisão nº 01/10 do Conselho do Mercado Comum. No regulamento são previstos quatro programas: Programa de Convergência Estrutural, Programa de Desenvolvimento da Competitividade, Programa de Coesão Social e Programa de Fortalecimento da Estrutura Institucional e do Processo de Integração. (GESSI E NUSKE, 2019, p.11).

Os desafios do processo de integração na América do Sul eram visíveis, estavam presentes desde a criação do Mercosul, por parte dos Estados integrantes do bloco. Significa que desde o início eram conscientes de que os objetivos maiores de direção das políticas macroeconômicas só seriam alcançados mediante a redução das assimetrias dos estados, pois devido as características dos países membros não seria fácil alcançar a real igualdade entre todos eles.

Esses fundamentos direcionou os fundadores Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai ao iniciar o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul como instrumento de combate à evidente e inquestionável disparidade de tamanho e riqueza, diante do cenário de tamanha disparidade, surgiu a necessidade dos países membros em buscarem um maior equilíbrio entre as partes. O FOCEM indicou uma maior e mais acelerada integração apontando ganhos econômicos e soma nas condições sociais, econômicas e estruturais dos países.

Sabe se que o processo de regionalização da América do Sul possibilitou a busca de benefícios para os estados envolvidos, e melhorias para suas estruturas de produção, implementar o desenvolvimento, com forma de transferência de renda para os países mais pobres.

Face à polarização de forças, a efetivação de acordos de livre comércio tem efeitos assimétricos a favor dos países mais desenvolvidos, a não ser que estabeleçam compensações que beneficiem as exportações da produção dos países mais pobres.

Ainda de acordo com Gessi e Nuske (2019), sabe se que o processo de integração é importante que os estados percebam que estão tendo mais vantagens dentro de um processo. Isto significa que se a integração funciona, essa é uma realidade possível, mas não é um processo que acontece de noite para o dia, que irá resolver todos os problemas dos países que integram o bloco, leva tempo, comprometimento e bom senso.

Entende-se, desta forma, não ser aceitável promover uma integração apostando que, desde o primeiro momento, já seja possível sentir os resultados

positivos das economias integradas. Não existe mecanismos ou instrumentos mágicos, mas é consenso, a possibilidade de conquistar bons resultados em longo do tempo. Alguns resultados já são visíveis, como investimentos em vias e ferrovias, principalmente no Paraguai e Uruguai, o que sinaliza a importância que os modais estão recebendo nestes países, ou ainda, carências detectadas.

Nota se que os mecanismos criados para direcionar a redução da desigualdade intrabloco, precisam ser acompanhadas pelos governos de cada país membro, e assim promover o aperfeiçoamento das ações desenvolvimentistas e criar novos ambientes para a atração de investimentos na região, o que se nota então que é imprescindível a continuidade e manutenção da iniciativas e operações do fundo, bem como sua ampliação.

2.3 O Brasil e sua importância estratégica na América do Sul

Três fatores precisam ser considerados a fim de se apontar e qualificar um país como potência e compreender sua posição na hierarquia entre estados, que são extensão territorial, poder econômico e poder militar.

Estes elementos permitem a um estado atuar de forma independentemente e influenciar sobre outros estados, assim, determinar em que condições ele se expressa como potência regional e conseqüentemente internacional, podendo tornar-se hegemônico, o líder e o guia de um sistema de alianças e acordos de variado alcance.

Para que de fato um país possa contar com todos os fatores que garantem o sucesso que almeja tanto quanto seja possível alcançar, é necessário que o país tenha capacidade de exercer pressões diplomáticas, que é a capacidade para obter parte do que pode ser o resultado de uma guerra vitoriosa sem a necessidade de um real combate. Mesmo assim, manter a paz interna e indispensável, como reflexo do exercício eficiente dos grupos sociais e de sua função interna hegemônica, é indispensável, se o estado pretende ser uma potência internacional.

Para Bandeira, Luiz (2010), o potencial do status de poder é uma simples estimativa dos recursos materiais e humanos que podem ser usados para prever

quanto êxito poderá ter um país em uma disputa contra outro país, se usa seus recursos como vantagens.

Ainda, de acordo com Bandeira, (2010), um país tanto mais terá condições de afirmar-se como potência quanto mais extenso for e quanto mais numerosa seja sua população e os recursos que pode mobilizar para o alcance de uma meta de política. Poder, é simplesmente a habilidade de um ator de prevalecer em um conflito e superar os obstáculos, se usa com vantagem seus recursos.

O ponto a se registrar quando se fala em MERCOSUL é a importância dada ao Brasil, isso porque teve a tendência de delimitar o ritmo e a direção na qual o bloco deveria se direcionar e como se realizar, ocorrendo uma centralização de políticas econômicas que permitissem aos governos a alterar unilateralmente e individualmente as regras do bloco, tanto internas com externas, alterando o funcionamento das economias.

Para Sorj e Fausto (2011), além dos problemas a serem vencidos, o embaraço principal da região é que se instalou uma crise de confiança sobre o processo de integração, e que a tarefa imediata é reconstruir esta confiança através de medidas menos ambiciosas e, portanto, realizáveis. Os participantes insistiram que a liderança do Brasil não é uma questão de escolha.

Esta ideia se evidencia com o declínio da Argentina, que e quem poderia servir de contrapeso à liderança brasileira, mas ainda com a perda de influência dos Estados Unidos na região, e seus movimentos poderão ferindo os estados partes do bloco, provocando ressentimento, isso caso não consiga criar um processo dinâmico de resultados positivos na região.

Ainda para Sorj e Fausto (2011), espera-se do Brasil um papel de liderança em nível regional e internacional que, sem deixar de lado os interesses legítimos do país, também represente os interesses do conjunto dos países do bloco. Sabendo-se que, prevalece a ideia de que o Brasil não consulta os outros países da região em seus movimentos globais.

Em nível regional, espera-se do Brasil que contribua com políticas que indiquem um maior compromisso com os países vizinhos, não somente no que se refere a temas econômicos como comércio e investimentos, mas também em temas como o da absorção de imigrantes.

O Brasil tem uma grande contribuição a dar ao processo de integração em sentido lato, não só pelos grandes recursos financeiros e institucionais de que dispõe, mas também pelo poder brando que obteve, dentro e fora da região. Esse poder advém do fato de que o país se mostrou capaz, internamente, de fazer da democracia e da diminuição da pobreza e da desigualdade dois processos que se reforçam mutuamente e, externamente, de moderar conflitos e liderar iniciativas de cooperação entre países. (SORJ E FAUSTO, 2011, p. 13).

No início de criação do bloco a expectativa era a de que o Brasil pudesse atuar de modo a induzir a criação de regras na América do Sul, porém essa atuação diante das diferenças entre os estados, foi de se adotar políticas com vistas a acalmar a situação, realizando investimentos em outros países do bloco e liberar financiamentos e empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social (BNDES), a fim de permitir a realização de atividades produtivas nos países menos favorecidos, com vistas a possibilitar geração de renda, bem como a venda de novos bens, além do aprimoramento das áreas produtivas.

3. FATORES QUE POTENCIALIZARAM A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO MERCOSUL

3.1 Fatores econômicos e investimentos internacionais

O período que antecedeu o surgimento do Mercosul se caracterizou por fortes inconstâncias e fragilidades para as economias argentina e brasileira, causando a ausência de condições propícias para a abertura comercial na América do Sul. A falta de sucesso nas diferentes formas de políticas de estabilização praticadas pelos governos dos dois países nada mais era do que a luta contra as muitas dificuldades até então nunca observadas na América Latina.

No período de 1994 a 2015, a relação comercial do Brasil com os parceiros do Mercosul, Argentina, Paraguai e Uruguai, foi bastante significativa. Alguns fatores foram considerados importantes nesse processo, além das políticas adotadas, como o controle de inflação e as medidas liberais nas áreas cambial e tarifária, que contribuíram para o quadro positivo, assim como os instrumentos incluídos no tratado de Assunção, como o Programa de Liberação Econômica e a Tarifa Externa Comum (TEC), que possibilitaram a dinamização do comércio entre os países membros do bloco.

No entanto, o que foi considerado como um algo restritivo à integração teve grande compensação com outras particularidades. Três fatores demonstram essa afirmativa: a crise crescente da dívida externa; a formação de outros blocos econômicos internacionais; e a visão local de que a América do Sul seria colocada em segundo plano, enquanto receptora de investimentos internacionais.

Com o surgimento do bloco, o Mercosul veio com intuito de criação de um mercado regional para as commodities e os serviços produzidos por seus membros,

as economia latino-americana pode experimentar significativas mudanças de cunho estrutural no cenário da economia brasileira devido aos reflexos gerados das atividades econômicas dos anos 1980.

Os diversos choques de mudanças externas financeiras e de acordos internacionais na qual o Brasil se deparou, tem influenciado o perfil da inserção da economia nacional no comércio exterior. Por outro lado, o fim da estratégia de industrialização baseada na substituição de importações e o processo de liberação comercial, iniciado em 1987 e aprofundado no início dos anos 90, constituíram-se em fatores muito importantes no processo de integração da economia às correntes do comércio internacional. A competitividade das exportações de uma dada economia está determinada não apenas pelos determinantes da oferta de exportações, mas também, pelo crescimento da demanda de exportações. Assim a participação em acordos bilaterais ou multilaterais de comércio, ou ainda a existência de barreiras comerciais e não comerciais, podem determinar o desempenho de um país, ou região, nas suas exportações. (ALEXANDRE, QUINTAS, 2018, p.30).

Os blocos tendem a fortalecer o comércio interno dos países participantes, fazendo com que mais estados possam torna-se favoráveis à adesão dos blocos regionais, alguns fatos contribuem para tal inserção, o aproveitamento de economias de escalas na mesma proporção aos investimentos estrangeiros, importante na transferência de tecnologia e pesquisa de desenvolvimento, além da adoção de políticas econômicas para controle dos fluxos migratórios e fortalecimento de laços políticos entre os estados membros participantes do bloco.

O processo de minimização das tarifas alfandegarias entre os estados participantes e os demais países sobre os produtos importados dos estados membros, tendem a ajustares os custos gerando um processo de substituição dos produtos similares nacionais por bens substitutos.

Com isto, os consumidores tendem a dar preferências na aquisição de bens dos produtos dos países membros, se desviando dos países não participantes, fazendo com que o bem-estar da população tende a aumentar, em razão da queda nos preços, além do aumento da qualidade dos produtos.

Para Mendes (1997), a política comercial adotada no MERCOSUL, em geral, é ainda pouco orientada de forma a favorecer, em bases amplas, o comércio entre os países membros. Ao mesmo tempo, as políticas econômicas são adotadas sem levar em consideração aspectos locais e setoriais, seja no nível específico interno de cada país, ou no conjunto dos países participantes do bloco.

Contudo, apesar dos avanços alcançados no processo de integração, vários são os fatores que limitam a ampliação do comércio entre os países do bloco: a instabilidade nos balanços de pagamentos de cada país; as deficiências de infraestrutura e de serviços de transportes; a própria etapa de evolução em que se encontram muitas indústrias ou setores produtivos; e as desigualdades internas, entre outros.

Os avanços da integração econômica na América do Sul é, de fato, um grande desafio para todos os envolvidos, isso devido aos problemas recorrentes do processo de formação de um mercado comum, especialmente os relacionados à criação de formas de compatibilização entre os diferentes níveis de estruturas econômicas das economias nacionais, assim como das regiões internas de cada país, no âmbito de relações comerciais que é cada vez mais competitiva em diferentes níveis.

Ainda segundo Mendes (1997), o maior desafio dos estados integrantes do bloco era, consolidar suas economias, não mais sustentadas em um modelo de substituição de importações, mas em meio a uma crescente abertura à competição externa. Porém, apesar das muitas dificuldades da ampliação da integração econômica, existem possibilidades concretas de avanço e de resultados positivos para os países e para suas respectivas regiões.

Todos esses fenômenos tiveram importância no que se refere as mudanças sobre a inserção do Brasil no comércio externo e no bloco, as tais discussões revelam a existência de competitividade comercial em médio e longo prazo. Isso também revela que os países participantes do bloco estão mais preocupados principalmente com seus próprios interesses e se utilizam do grupo econômico MERCOSUL apenas buscando viabilizar seus próprios interesses, os estados partes que têm um maior poderio financeiro, como o Brasil, por exemplo, faz valer sua melhor posição para extrair resultados positivos do bloco.

As questões mais visíveis no interior dos blocos acontecem devido as grandes assimetrias econômicas e de desenvolvimento, a exemplo, o comércio entre o Brasil e Argentina, 15 vezes maior que o comércio entre Paraguai e Uruguai menos expressivas relativamente às duas. Além de ainda possuírem o valor agregado das mercadorias exportadas por Brasil e Argentina maior, causando assim a geração de crescentes superávits a favor desses países.

3.2 Relação comercial do Brasil com os parceiros do bloco

O Brasil, no que lhe diz respeito, sempre teve um papel de destaque entre os países membros do Mercosul, além de ainda ter a maior e mais variada economia dentre os estados partes, destaca-se como um grande líder na região, buscando o desenvolvimento do modelo de integração.

Porém, as diferenças econômicas entre o Brasil e seus parceiros são muito distintas o que, junto ao cenário econômico negativo vivido pelos países da região, leva a indagação a respeito das políticas econômicas adotada pelo Brasil, as vantagens comparativas existem principalmente nas commodities agrícolas, em virtude da alta fertilidade dos solos, da abundância de recursos hídricos e condições climáticas favoráveis.

O cenário econômico brasileiro na América do Sul sempre foi caracterizado por sua supremacia, o país concentra grande parte das exportações e importações do Mercosul, e possui um mercado do qual seus vizinhos são altamente dependentes, os países do bloco dependem muito do mercado brasileiro, enquanto o oposto não funciona da mesma forma.

Ainda assim, tanto a importância relativa do Brasil para os países do Mercosul, quanto a importância destes para o Brasil, vem caindo, dessa forma uma maior diversificação no comércio internacional torna-se inevitável para os países membros do bloco, principalmente para a economia brasileira, pouco dependente do comércio regional. Para Béni Ávila (2001). A evolução comercial do Brasil com o Mercosul pode ser avaliada em quatro fases.

1. Teve início um pouco antes da integração definitiva e se estendeu até 1998, período marcado por ajustes nas relações comerciais intrabloco;
2. Entre 1998 e 2002, constituiu um período de retração nas relações do bloco econômico, devido principalmente a fatores conjunturais;
3. Entre 2002 e 2008, caracterizado por retomada no crescimento comercial do bloco, tanto no âmbito regional como internacional, justificado principalmente pela valorização das commodities dos

membros, impulsionados principalmente pela emergência dos países asiáticos encabeçados pela China, e pelo notável crescimento vivido pelo Brasil no período; e

4. A quarta fase tem início com a crise financeira mundial, em 2008, e é vivida até os dias de hoje, período marcado por crises de crédito, e por interromper o bom crescimento momento dos países vividos desde 2008.

O Mercosul é considerado uma união aduaneira imperfeita, isso se dar por não existe uma zona de livre circulação de mercadorias plena entre os seus membros. Isso ocorre porque as economias dos países-membros são bastante assimétricas, o PIB do Brasil, por exemplo, é muito superior ao dos outros países que compõem o grupo. Dessa forma, o Mercosul acaba criando e estabelecendo algumas brechas com mecanismos para não prejudicar as economias menores e os setores econômicos mais sensíveis à concorrência externa.

Conforme dados da Tabela 1, registra que o comércio Brasil-Mercosul passou por momentos distintos, porém, apresentando resultados. A seguir a tabela mostra a evolução do comércio brasileiro com o Mercosul, a análise se dar por comparação entre exportação e importação do país para o bloco no período de 1994 a 2015.

Tabela 1: Evolução comercial do Brasil com o Mercosul, em US.

ANO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1994	5,922,895,450.00	4,583,900,010.00	1,338,995,440.00
1995	6,154,124,200.00	6,844,320,050.00	-690,195,850.00
1996	7,306,020,200.00	8,301,788,464.00	-995,768,264.00
1997	9,045,110,950.00	9,440,831,554.00	-395,720,604.00
1998	8,878,233,843.00	9,437,436,617.00	-559,202,744.00
1999	6,778,178,415.00	6,744,084,341.00	34,094,074.00
2000	7,739,599,181.00	7,919,922,179.00	-180,322,998.00
2001	6,374,455,028.00	7,097,533,535.00	-723,078,507.00
2002	3,318,675,277.00	5,666,699,560.00	-2,348,024,283.00
2003	5,684,309,729.00	5,803,914,573.00	711,960,484.00
2004	8,934,901,994.00	6,510,550,047.00	2,424,351,947.00
2005	11,746,011,414.00	7,138,124,160.00	4,607,887,254.00
2006	13,985,828,343.00	9,045,368,318.00	4,940,460,025.00
2007	17,353,576,477.00	11,702,271,761.00	5,651,304,716.00
2008	21,737,308,031.00	15,181,191,554.00	6,556,116,477.00
2009	15,828,946,773.00	13,311,262,257.00	2,517,684,516.00
2010	22,601,500,959.00	17,409,478,679.00	5,192,022,280.00
2011	27,852,507,305.00	20,120,506,833.00	7,732,000,472.00
2012	22,799,778,095.00	19,618,321,881.00	3,181,456,214.00
2013	24,683,811,842.00	19,974,662,524.00	4,709,149,318.00
2014	20,420,948,626.00	17,753,223,314.00	2,667,725,312.00
2015	18,000,230,773.00	13,063,651,914.00	4,936,578,859.00

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / Ministério da Economia.

O Brasil vem tendo superávits comerciais com os países participantes do MERCOSUL desde 2004, com déficits registrados apenas entre 1995 e 2003, com exceção de 1999 que fechou com saldo positivo, porém com pequena margem. Essa vantagem é explicada principalmente, pelo fato de o Brasil possuir um maior poderio econômico, e tendo papel de liderança e de referência no bloco, ou seja, o Brasil tem uma maior facilidade em exportar os produtos aos outros países do bloco do que eles para o Brasil, e por esse motivo explicasse esta vantagem comercial no bloco.

Em 2011, a corrente total de comércio do Brasil com o Mercosul atingiu o recorde histórico de US\$47,928 bilhões, sendo US\$ 27.852 bilhões de exportações e US\$ 20.120 bilhões em importações. O volume recorde da corrente comercial em 2011 é 05 vezes superior ao registrado em 2002, US\$8,878 bilhões, mostrando que, apesar das críticas, o Mercosul se tornou um enorme sucesso comercial nos últimos 20 anos.

3.3 Brasil, Mercosul e as relações comerciais com o mundo

Para uma melhor compreensão da evolução comercial do Mercosul, faz-se necessário uma comparação entre os demais blocos econômicos e os principais blocos regionais já existente, observando o período em que ocorreu o processo de abertura econômica brasileira, início do Mercosul, e passa a sofrer com as influências destes blocos na região. Tabela 2.

Tabela 2: Principais blocos a manterem relações comerciais com o Brasil em 1994.

BLOCOS ECONÔMICOS	ANO 1994
UNIÃO EUROPÉIA	28,50%
NAFTA	25,30%
MERCOSUL	14,30%
AELC	1,90%
PACTO ANDINO	4,30%
MCCA	0,60%
CARICOM	0,30%
ÁSIA	17,00%
ORIENTE MÉDIO	2,60%
ÁFRICA	3,20%
OCEANIA	0,70%
COMECOM	1,30%
TOTAL	100,00%

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / Ministério da Economia.

De acordo com os dados da Tabela 2, o NAFTA se constituiu como o maior mercado mundial e ocupava o segundo lugar no ranking de destino das exportações do Brasil, cerca de 25% do total, ficando atrás apenas da União Europeia, detentora de um percentual 29%; e os países asiáticos que possuíam quarta maior fatia do mercado para as exportações brasileiras, com cerca de 17%; e o Mercosul que ocupa o terceiro lugar em 1994 com participação de cerca de 14%. Esses blocos juntos correspondiam a 81% das exportações brasileiras no ano de 1994, período auge da estruturação do Mercosul.

Algo a se destacar, e que com o passar do tempo e a dinamização da economia moderna, a União Europeia até então maior parceiro comercial do Mercosul, perdeu espaço considerável em relação as negociações com os países sul-americanos, essa perda de importância da Europa como parceiro comercial dos países do Mercosul se deu pela alta burocratização nas negociações e as altas taxas de exportação.

Um outro ponto peculiar a se observa com relação a outros blocos econômicos, o Mercosul assim como a exemplo da União Europeia que tem o objetivo da integração social e econômica da Europa, o Nafta se limita ao campo comercial, sendo ele um acordo firmado para desenvolver a economia de seus membros, fato esse que leva em consideração a segurança das fronteiras, principalmente a Americana, devido à alta taxa de imigração e de narcotráfico provindos do México.

Apesar do início promissor, as negociações do Mercosul com outros blocos passaram por várias mudanças que acabaram por dificultar as relações, as negociações exigem consenso entre todos os membros e, com isso, cada integrante a mais dificulta as negociações e trazendo muitas críticas do setor privado pois o mesmo nem sempre é consultado na adesão de novas nações.

Faz-se mister salientar que, em se tratando da atuação do MERCOSUL no plano internacional, sua relação com a União Europeia é muito forte, na qual houve, inclusive, uma negociação para um acordo de Livre-Comércio com outro bloco europeu (a EFTA – Associação Europeia de Livre-Comércio). Cogita-se, atualmente, em virtude da saída do Reino Unido da UE, uma aproximação entre o país e o bloco sul-americano. (RIBEIRO; SANTOS, 2017, p.12).

O papel comercial do Mercosul foi amplamente produtivo para o Bloco Econômico, tendo-se multiplicado por mais de 12 vezes em duas décadas, passando, segundo informações de Núñez B. N. (2017), de US\$ 4,5 bilhões 1994 para US\$ 59,4 bilhões em 2014, 87% das exportações brasileiras para o bloco são compostas de produtos industrializados, dado esse que evidencia a sua importância na industrialização brasileira.

O bloco é também uma potência agrícola, representa enorme capacidade de produção das cinco principais culturas alimentares globais como trigo; milho; soja; açúcar e arroz, e é o maior exportador líquido mundial de açúcar, o maior produtor e exportador mundial de soja, 1º produtor e 2º maior exportador mundial de carne

bovina, o 4º produtor mundial de vinho, o 9º produtor mundial de arroz, além de ser grande produtor e importador de trigo e milho.

Um dos pontos de destaque dentro do histórico do Mercosul é a integração da cadeia produtiva de automóveis entre Brasil e Argentina. Os dois são o terceiro maior mercado de automóveis no mundo, perdendo apenas de China e Estados Unidos. Em 2013, 47% da produção de automóveis argentinos foram exportados para o Brasil. Na outra mão, 80% dos carros que o Brasil vendeu para o exterior foram para o país vizinho. O bloco é, também, uma grande potência energética. Ele 19,6% das reservas provadas de petróleo do mundo. Possui 3,1% das reservas de gás natural e 16% das reservas de gás recuperáveis de xisto. A maior reserva de petróleo do mundo é do Mercosul, com mais de 310 bilhões de barris em reservas certificadas pela OPEP. A Venezuela, têm 92,7% das reservas de petróleo do Mercosul, concorre com uma reserva de 296 milhões de barris. (NÚÑEZ, BENIGNO, 2017, p.21).

Os dados mencionados acima, deixa evidente a proporção da sua atuação e influência no cenário econômico a nível mundial. No entanto, a ausência de políticas de gestão eficientes, acaba por não proporcionar aos países participantes um crescimento conjunto mais estruturado. Mostra se necessário a criações políticas eficientes e mais adequadas, isso para que os países parceiros possam alavancar mais crescimento.

Vale ressaltar que em tempos de tantas crises econômicas, a importância de fazer parte de um bloco como o Mercosul acaba que sendo estratégico. Mesmo que os países da América do Sul tenham suas fragilidades, não fazer parte de um bloco seria ainda mais complicado. A existência do Mercosul também faz com que os países possam, dentro das suas limitações, dialogar com outros blocos de mais destaque economicamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bloco que surgiu seguindo tendências de economias modernas surgidas após a segunda guerra, onde vários países procuravam se reerguer economicamente, surgiu o Mercado Comum do Sul. A princípio foi criado apenas Acordo de Livre Comercio, e em 1994 foi criada a Tarifa Externa Comum (TEC), transformando o bloco em uma União Aduaneira, onde seu principal objetivo é padronizar o custo de impostos nas movimentações comerciais. Logo depois inspirado pelo sucesso da União Europeia, foi alargado o compromisso do bloco, passando a incluírem em seus compromissos acordos relacionados a cidadania e cultura.

O Mercosul deu ao Brasil a possibilidade de ser líder em uma região com grandes possibilidades de crescimento econômico. Porém, pesou no processo desenvolvimento as grandes assimetrias econômicas em relação aos outros países que compõe o bloco, as políticas adotadas visando a redução dessas diferenças exorbitantes, a mais notável foi a criação do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) em 2004, baseando se no mecanismo solidário de financiamento próprio dos países do MERCOSUL.

O fundo e integrado por contribuições dos Estados Partes, o qual o Brasil e o maior contribuinte com 70%, a Argentina em segundo com 27%, o Uruguai com 2% e o Paraguai 1%, as doações são destinadas a financiar projetos de melhoramento de infraestrutura, competitividade das empresas e desenvolvimento social nos países do bloco, financia, ainda, Projetos para o fortalecimento da própria estrutura institucional do MERCOSUL.

A importância de um grupo como o MERCOSUL para o Brasil, assim como para os demais países membros do bloco tornou-se algo estratégico. Os países da

américa do Sul apresentam muitas fragilidades, tanto econômico, de estrutura e culturalmente, no entanto a ausência do bloco é ainda mais perigoso.

A existência do bloco também significa que o Brasil e os demais países membros do bloco possam dialogar, negociar com outros blocos e países mais fortes economicamente, dentro de seus limites.

No período de 1994 a 2015 o Mercosul foi o maior representante do Brasil no cenário econômico internacional, assim como no âmbito político, pois possibilitou um maior peso de decisão em negociação e em posições econômicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Ygor Quintas. **A importância do Brasil no Mercosul: uma análise das vantagens nas décadas de 1990 e 2000**. BS thesis. 2018. Disponível em: <<https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/41856/1/ALEXANDRE%2c%20Ygor%20Quintas.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2022.

ÁVILA BÉRNI, Duílio. **A marcha do Mercosul e a marca da globalização**. Indicadores Econômicos FEE, v. 29, n. 1, p. 56-70, 2001.

BANCO MUNDIAL. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/where-we-work>>. Acesso em: 26 abr. 2022.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior**. Temas & Matizes, v. 7, n. 14, p. 9-32, 2008.

BARBIERO, Alan; CHALOULT. O Mercosul e a Nova Ordem Econômica Internacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 44, n. 1, p. 42. 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292001000100003>>. Acesso em: 10 maio 2022.

BRASIL. **DECRETO. Nº 350, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1991**. Promulga o Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, República Federativa do Brasil, República do Paraguai, República Oriental do Uruguai. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0350.htm>. Acesso em: 15 maio 2022.

FONTES, Luiz Felipe Campos; STELLA, Milton André. **O Brasil no Mercosul: Integração Comercial Brasileira com o Bloco Sul Americano**. Revista de Economia, v. 38, n. 65, 2019.

GONÇALVES, Willian. **A inserção do Brasil na América do Sul**. Oikos, v. 10, n. 2, 2011.

KLEMI, Albene Miriam Menezes; MENEZES, Roberto Goulart. **Brasil e Mercosul: rumos da integração na lógica do neo desenvolvimentismo (2003-2014)**. Caderno crh, v. 29, n. SPE3, p. 135-150, 2016.

LINS, H. N. (2018). **Cooperação transfronteiriça e desenvolvimento local no âmbito do Mercosul: uma experiência de consórcio intermunicipal**. Análise Econômica, 36. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/2176-5456.62681>>. Acesso em: 14 maio 2022.

MARIANO, Marcelo Passini; RAMANZINI, Haroldo; VIGEVANI, Tullo. **O Brasil e o Mercosul: fatores domésticos e oscilações da política externa nos últimos 30 anos**. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-015054/112>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

MENDES, Constantino Cronemberger. **Efeitos do Mercosul no Brasil: Uma visão setorial e locacional do comércio**. Ensaios FEE, v. 18, n. 1, p. 195-235, 1997.

MERCOSUL. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br>>. Acesso em: 12 maio 2022.

NOVO, B. Núñez. **A importância do Mercosul para o Brasil**. Scientiam Juris, v.5, n.1, p.17-26, 2017. Disponível em: <<http://doi.org/10.6008/SPC2318-3039.2017.001.0002>>. Acesso em: 14 maio 2022.

SANTOS, M. A. D., Felix, G. P. D. A., Correia, R. S., Sousa, R. A. S., & Santos, P. L. G. (2019). **MERCOSUL: origem histórica, atuação e participação do Brasil no bloco**. SEMOC-Semana de Mobilização Científica. Acesso em: 12 maio 2022.

SECRETARIA DE COMERCIO EXTERIOR. 2022. Disponível em: <https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/pg.html>. Acesso em: 22 maio 2022.

THESING, N. J., ALLEBRANDT, S. L., KELM, M. L., GESSI, N. L., & NUSKE, M. A. (2019). **O Mercosul e o desenvolvimento regional: contribuições do fundo de convergência estrutural do Mercosul**–focem. Holos, 7, 1-15.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. Mudanças da inserção brasileira na América Latina. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, n. 78, 2009.

WESTIN, Ricardo. Há 30 anos, **criação do Mercosul pôs fim às tensões históricas entre Brasil e Argentina**. Arquivo S, v. 5, 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-30-anos-criacao-do-mercosul-pos-fim-as-tensoes-historicas-entre-brasil-e-argentina>>. Acesso em: 30 maio de 2022.

ZEN, Cláudia Roberta Benvenuto. **A evolução do Mercosul e União Europeia segundo as fases de integração**. Trabalho de Conclusão de Curso de Comércio Exterior do Centro de Ciências Sociais Aplicadas-Gestão), Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2008.

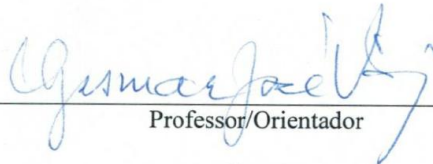
ZERBIELLI, Jerusa; WAQUIL, Paulo D. **A formação do Mercosul como fator de alteração no ambiente institucional do agronegócio de pêssegos da região de Pelotas**. ConTexto, v. 6, n. 9, 2006.



DECLARAÇÃO DE APTIDÃO DO TCC

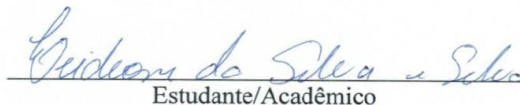
Declaro, para os devidos fins, que o estudante, **Leideone da Silva e Silva** matrícula: 2014.2.0021.0032-1, regularmente matriculado no 8º semestre letivo do Curso de Ciências Econômicas, no turno noturno, da Escola de Direito, Negócios e Comunicação, ESTÁ APTO, a apresentar e submeter seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme disposto no Regulamento Geral Dos Trabalhos de Conclusão Dos Cursos De Graduação (TCC) em banca para avaliação.

Goiânia, 02 de junho de 2022.



Professor/Orientador

Ciente:



Estudante/Acadêmico



Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O estudante Leideone da Silva e Silva, do Curso de Ciências Econômicas, matrícula 2014.2.0021.0032-1, telefone: (62) 98539-0045, e-mail: leideone11@gmail.com, na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: A Importância Econômica do Mercosul Para O Brasil, de 1994 a 2015, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG): Som (WAVE, MPEG, AIFF, SNS); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 02 de junho de 2022.

Assinatura do(s) autor(es):

Leideone da Silva e Silva

Nome completo do autor: Leideone da Silva e Silva

Assinatura do professor- orientador:

Geomar José Vieira

Nome completo do professor-orientador: Geomar José Vieira